

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL¹

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-197>

Data de submissão: 13/04/2025

Data de publicação: 13/05/2025

Antônio Soares Júnior da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Palmas, Brasil.

Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8739-4265>. Correio electrónico: antonio.silvajunior@ifpr.edu.br.

António Gomes Ferreira

Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3281-6819>. Correio electrónico: antonio@fpce.uc.pt.

Erick Marcos Silveira Pereira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, Brasil.

Mestrando em Letras pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5524-5048>. Correio Electrónico: erick.pereira@ifpr.edu.br.

Marta Ferreira da Silva Severo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Curitiba, Brasil

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0289-4506>; Correio Electrónico: marta.severo@ifpr.edu.br.

Jessica Taís Motta de Jesus

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Palmas, Brasil

Mestranda em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, campus Palmas; Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8261-5522>. Correio Electrónico: 20251mass0009@estudantes.ifpr.edu.br.

Aline Zanettin

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Palmas, Brasil

Mestranda em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, campus Palmas; Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1711-9912>. Correio Electrónico: 20251mass0002@estudantes.ifpr.edu.br.

RESUMO

Neste artigo, apresentamos um estudo sobre as políticas de educação para a pessoa com deficiência, no Brasil, objetivando compreender o conteúdo dos periódicos especializados que se dedicam ao aprofundamento da temática. Tomando como referência metodológica estudos sobre o estado da arte

¹ Esta investigação caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura que relata os resultados de uma pesquisa concluída sobre as políticas de educação para a pessoa com deficiência, no Brasil, objetivando compreender o conteúdo dos periódicos especializados que se dedicam ao aprofundamento da temática. O trabalho teve início em Julho de 2022 e foi finalizado em março de 2024. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Área do Conhecimento: Ciências Humanas. Subárea: Educação.

e a utilização da técnica da análise categorial em Bardin (1977), verificamos que os autores revelam avanços e desafios a serem superados na Política Nacional de Educação Especial nos municípios, estados e nas instituições universitárias e de educação profissional. Os resultados apontam, ainda, para a constituição da modalidade Educação Especial como política pública centrada na educação para todos.

Palavras-chave: Política educacional. Pessoas com deficiência. Estado da arte. Inclusão educacional.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho incide sobre pesquisas que vislumbram compreender o papel das políticas públicas para pessoa com deficiência no espaço educacional brasileiro e que foram publicadas em periódicos do Brasil.

Este artigo objetiva evidenciar dados e apontar possibilidades que ampliem as leituras dos estudos sobre as investigações publicadas nos periódicos especializados que se dedicam às políticas de educação para a pessoa com deficiência no Brasil. Na análise dos periódicos, para compor o aprofundamento proposto identificamos, junto à Plataforma Sucupira do Sistema Nacional de Pós-Graduação, cinco revistas científicas especializadas com publicação de fluxo contínuo, disponíveis eletronicamente (online): Revista Brasileira de Educação Especial; Revista Educação Especial; Revista Educação Especial em Debate; Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial; e Revista Benjamin Constant. No Brasil, em termos de periódicos especializados, as primeiras publicações datam da década de 1980, com os estudos desenvolvidos pela Revista Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, que teve sua primeira publicação impressa em 1986. Na década seguinte, em 1993, destaca-se a criação da Revista Brasileira de Educação Especial, mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Em 1995, o Instituto Benjamin Constant – Instituição pioneira de educação especial na América Latina (1854) – inaugura sua revista científica.

Na primeira seção do trabalho, discutimos a categoria Políticas de Educação Especial e Inclusiva, que suscita uma análise sobre o desenho e o estabelecimento de políticas oficiais; avaliação das políticas na educação básica; e política nas instituições de ensino. Discute-se os processos históricos que vão da exclusão de políticas para a pessoa com deficiência à implementação de política nacional; as condições e as contradições da tentativa de implantação de um sistema educacional inclusivo, como a avaliação das possibilidades e desafios na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nos municípios, estados e instituições de ensino superior e na educação profissional e tecnológica de nível médio (Mantoan, 2002, 2004; Bueno, 2008; Glat & Pletsch, 2004; Garcia & Michels, 2011; Kassar, 2011 b; Medeiros & Dos Passos, 2019).

Nessa trajetória de construção, desenho e estabelecimento de políticas públicas para a inclusão escolar da pessoa com deficiência, o Brasil passa por etapas que vão desde a exclusão completa, com algumas iniciativas isoladas (1854 a 1956), para outra, na qual as políticas passam a ser oficializadas e se materializam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1961, 1971). Esse período é marcado por tendências de segregação dos educandos denominados excepcionais e portadores de deficiência, tendo como foco o atendimento terapêutico e assistencialista. Mais adiante,

inicia-se um movimento neoliberal na educação, sob a influência de organismos internacionais, buscando garantir o princípio da educação para todos (1993 a 2002). É um movimento que se apresenta de forma controversa, já que discute e começa a implementar alguns direitos preconizados pela Declaração de Salamanca, tendo como subsídio legal a Carta Magna de 1988 e a LDBEN de 1996, promovendo integração escolar. Seguido a este, sob influência dos organismos internacionais, inicia o movimento de inclusão escolar (2003-2010), com a construção de uma política nacional.

Na segunda parte do artigo, discutimos a categoria Deficiência e Educação Especial, aprofundando a compreensão sobre as políticas de educação especial, o papel do atendimento educacional, a constituição e a caracterização, na política pública nacional, do público-alvo dessa modalidade, e as implicações epistemológicas e conceituais de deficiência no contexto das políticas. Os estudos mostram as disputas no âmbito das políticas oficiais entre os modelos biomédico e psicossocial para o atendimento especializado, e como o público da educação especial insere-se neste contexto. Conforme Kuhnen (2017, p. 339), desde 2003 a educação especial “vem sendo divulgada com o discurso da inclusão e do reconhecimento da igualdade de acesso para todos, inclusive para as pessoas com deficiência”.

2 METODOLOGIA

Este trabalho de natureza qualitativa, com caráter descritivo, visa identificar, coletar e analisar as principais contribuições de pesquisas existentes sobre a política de educação para a pessoa com deficiência no Brasil. A pesquisa descritiva se caracteriza pela “descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados ou ainda pela pesquisa bibliográfica e documental” (Barros & Lehfeld, 1990, p. 34). Destarte, essa pesquisa objetiva compreender o conteúdo de publicações nacionais dos periódicos especializados que se dedicam ao estudo das políticas de educação para a pessoa com deficiência no contexto brasileiro por meio de uma busca na Plataforma Sucupira do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira. Identificamos, conforme quadro 1, cinco periódicos com publicação de fluxo contínuo, disponíveis eletronicamente (online).

Quadro 1 - Periódicos especializados que se dedicam ao estudo das políticas de educação para a pessoa com deficiência no contexto brasileiro.

Nome da Revista	Ano de criação	Fluxo editorial
1- Revista Brasileira de Educação Especial	1993	Contínuo. Trimestral
2- Revista Educação Especial	1987	Contínuo. Trimestral
3- Revista Educação Especial em Debate	2016	Contínuo. Semestral
4- Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial	2014	Contínuo. Semestral
5- Revista Benjamin Constant	1995	Contínuo. Quadrimestral

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Plataforma Sucupira (2023).

As palavras-chave utilizadas para delimitar a busca foram “políticas educacionais” e “pessoa com deficiência” e termos correlatos. Caracterizamos como correlatos para políticas educacionais: política educativa, política de educação, política de educação especial e inclusiva, política pública de educação especial e políticas de educação inclusiva. O recorte temporal de seleção e análise compreendeu todas publicações disponíveis nos periódicos até março de 2023.

O critério de seleção inicial compreendeu a relação entre as palavras-chave e as correlatas presentes no título do trabalho. Foram considerados todos os trabalhos das cinco revistas e identificados 74 trabalhos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 44 trabalhos. Na leitura dos trabalhos, 6 foram descartados. De acordo com os critérios estabelecidos resultaram 38 trabalhos, a saber: 16 artigos; 8 relatos de pesquisa; 4 ensaios; 5 revisões de literatura; e 5 classificados pelas revistas como edições especiais, dossiês, prêmios e outros. Em relação aos aspectos metodológicos, para fazermos um reagrupamento analítico para aprofundamento dos temas, utilizamos a análise categorial, descrita por Bardin (1977), revelando as categorias: Políticas de Educação Especial e Inclusiva e Deficiência e Educação Especial.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Essa categoria evoca uma discussão da caracterização e definição do público-alvo da educação especial, os temas deficiência, educação inclusiva e educação especial no Brasil. Para tanto, emergiram três subcategorias: a) Desenho e estabelecimento de políticas oficiais; b) Avaliação das políticas na educação básica; e c) Política nas Instituições de Ensino.

No desenho e estabelecimento de políticas oficiais, encontramos investigações sobre Estrutura Organizacional da Educação Especial e inclusiva no país, em análise iniciada com a Constituição Federal de 1988 até a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Constataram-se mudanças marcantes na legislação, todavia, no decorrer da sua implementação, interpretações contraditórias e divergentes “integram a complexidade do processo político” (Baptista, 2019, p. 16) e denunciam resistências, inércias, incompetências. Os trabalhos agrupados nesse recorte discutem os efeitos e riscos das interpretações no cenário educacional brasileiro e analisam como são estabelecidas essas políticas. No âmbito do Desenho e estabelecimento de políticas oficiais encontramos meia dúzia de títulos, como se pode verificar no quadro 2.

Quadro 2 - Subcategoria a) Desenho e estabelecimento de políticas oficiais.

Título do Trabalho	Autores – Ano
Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico	Garcia (2006)
Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva	Kassar (2011b)
A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED	Garcia e Michels (2011)
Análise da estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira (2008-2013)	Harlos; Denari e Orlando (2014)
Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores	Ingles <i>et al.</i> (2014)
As políticas públicas de educação inclusiva: uma análise de 1996 a 2016	Nonato e Oliveira, (2021)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Kassar (2011b) discute a importância do papel do Governo brasileiro na trajetória da educação oferecida às pessoas com deficiências no Brasil, destacando a contribuição da Constituição Federal de 1988, que estimula para uma proposta de educação escolar inclusiva e se abre aos acordos e compromissos internacionais para essa população. Essas políticas, programas e ações contribuíram para a constituição de uma política pública de educação especial no país. A investigação de Garcia e Michels (2011) refletiu sobre a política nacional de educação especial no Brasil, analisando os normativos do período 1991-2011. Na primeira parte, a proposta centrou sua atenção no programa de implementação de salas de recursos. Na outra, as autoras debruçaram-se na análise de 29 estudos da produção do Grupo de Trabalho - GT 15 - Educação Especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – (ANPED). O levantamento dessas produções mostrou a importância das pesquisas desenvolvidas no Brasil e publicizadas no âmbito da GT 15 da ANPEd. As autoras enfatizam que esses estudos ajudam na compreensão das políticas de Educação Especial, nomeadamente com foco nos princípios e conceitos fundamentais que perpassam as redes estaduais e municipais.

Harlos, Denari e Orlando (2014) buscaram uma compreensão do que trazem os documentos oficiais sobre a estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira. A partir da análise de 30 documentos do Ministério da Educação orientadores da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), o estudo revelou a perpetuação de tradicionais contradições nos discursos referentes ao tema, a saber: encontrando a delimitação do público-alvo da educação especial; restringindo exigências relacionadas à formação dos professores de AEE; mostrando a persistência da tradicional antinomia entre Educação Especial e regular ao delimitar espaço diferenciado para o AEE; verificando o financiamento público dos serviços realizados por instituições privadas e a relevância do modelo clínico.

Em uma reflexão sobre as formas organizativas do trabalho pedagógico no conjunto das políticas de educação especial, Garcia (2006) apontou que as políticas de educação especial não apresentam proposições para superação das desigualdades. Por outro lado, um estudo bibliográfico mais recente sobre o tema em causa, concluiu que “embora as políticas públicas para essa educação estejam postas, elas ainda não conseguiram atingir as práticas pedagógicas e a formação de professores” (Ingles *et al.*, 2014, p. 461). Como bem concluiu Nonato e Oliveira, ainda que a educação especial passe “a ser um direito de todos”, há que se ter consciência que “muito ainda precisa ser feito” para que as pessoas com necessidades específicas “tenham, de fato, acesso pleno não só a escola regular, mas a sociedade de um modo geral” (Nonato & Oliveira, 2021, p. 85).

A subcategoria Avaliação das políticas na educação básica, apresenta estudos científicos sobre a relação entre as políticas educacionais nos estados e municípios brasileiros (quadro 3). O estudo desse fenômeno sofreu influência, conforme Silva (2018), do processo de democratização e da profusão do debate sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência na sociedade brasileira, especialmente nos sistemas municipais e estaduais de ensino, iniciados na década de 1990, sob a orientação de organismos internacionais, com caráter multilateral.

Quadro 3 - Subcategoria b) Avaliação das políticas na educação básica.

Título do Trabalho	Autores – Ano
A política de Educação Especial no estado de Sergipe (1979-2001)	Matos (2007)
A Política para a educação da pessoa com deficiência visual no Estado do Paraná: Uma abordagem da década de 2000.	Zanetti (2018)
Proposta de política pública educacional para os alunos com altas habilidades/superdotação no estado do Rio Grande do Sul	Germani; Costa e Vieira (2006)
Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo	Marins e Matsukura (2009)
Políticas públicas educacionais no Rio Grande do Sul: indicadores para discussão e análise na área das altas habilidades/superdotação	Vieira (2010)
Política de educação especial e o atendimento educacional especializado no estado de Santa Catarina	Trentin (2017)
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em Jundiaí: Uma Análise do Processo de Implementação	Alves e Aguilar (2018)
Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas	Pavezzi e Mainardes (2019)
Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus	Queiroz e Guerreiro (2019)
O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores	Camargo e Carvalho (2019)
Ações de políticas públicas da educação especial nas escolas indígenas acreanas	Batista; Costa e Denari (2020)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os trabalhos selecionados apresentaram maior amplitude em termos de recorte temporal e tratam de investigações realizadas em Estados da federação. O estudo realizado no Estado de Sergipe objetivou avaliar a política de educação para pessoas com deficiência entre os anos de 1979 e 2001. Os dados mostram repasses de recursos do governo federal, a criação de programas, projetos, órgãos de defesa dessa população, produções de normatizações de forma progressiva, adequação da rede física, aumento do número de matrículas na pré-escola; por outro lado, também constatam práticas pedagógicas restritas, aumento não significativo de matrículas e uma política de educação especial inexpressiva (Matos, 2007). Há também a investigação entre os anos de 1990 a 2018, no estado de Alagoas, em que constatou-se restrita autonomia na construção de normatizações para a educação especial, bem como a insuficiência do poder estadual para garantir condições materiais para concretude das políticas a esse fim, que resultava em “medidas emergenciais diante do surgimento da demanda, ou seja, as políticas de Educação Especial são atuadas com base no improviso” (Pavezzi & Mainardes, 2019, p. 760).

Em Santa Catarina, um estudo buscou compreender como estão expressas as diretrizes da PNEEPEI (2008) na política de educação especial no estado, e como ele busca efetivar a educação inclusiva, que “deixa de ser um sistema paralelo com abordagem assistencialista e passa a ser uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sem substituí-los, ofertando os recursos e serviços de acessibilidade aos alunos com deficiência” (Trentin, 2017, p. 335), assim, a Política de Educação Especial desse estado se propõe a agir transversalmente, e não mais em uma convivência sem intersecção no ensino.

A pesquisa de Batista, Costa e Denari (2020), verificou como ocorriam as inter-relações entre a educação especial e a escolar indígena considerando as ações das políticas públicas. Concluiu que havia dificuldade em se discutir ações da educação especial nas escolas indígenas. De modo generalizado, em face da mudança no governo estadual, inferiu-se que as inter-relações analisadas se encontravam em uma fase inicial.

O trabalho de Marins e Matsukura (2009) discute acesso, permanência e qualidade nos processos de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular das cidades-polo do estado de São Paulo, constatando que naquele contexto está presente o conhecimento legal das diretrizes nacionais; há um esforço para a garantia da formação continuada e um trabalho de apoio, ainda que limitado, para professores. Sobre outros recursos, observou-se transporte com acessibilidade e materiais para o atendimento da educação especial no ensino regular. Como desafios a serem superados, o número reduzido de alunos atendidos; pouca participação de equipes multiprofissionais e ineficiência de suporte do governo estadual.

Em relação às dinâmicas na execução das políticas nas instituições educativas, a discussão sobre as práticas revela que nem sempre elas estão de acordo com as políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência, uma vez que “pouco se conhece sobre as práticas em perspectivas locais [...]”, pois, existe “a possibilidade de um descompasso entre as práticas e as políticas públicas em educação especial” (Marins & Matsukura, 2009, p. 45).

Outro estudo, realizado na rede municipal de ensino de Jundiaí, no interior de São Paulo, investigou o processo de implantação da PNEEPEI, abrangendo os anos de 2008 e 2013. Os dados revelaram uma transferência de responsabilidade do estado para o terceiro setor no atendimento da educação especial, nos anos que antecedem a regulamentação da política nacional. Os dados apresentados demonstraram que a partir da implementação da PNEEPEI, essa centralidade no terceiro setor toma outra direção, impulsionada pela elaboração política de educação inclusiva no cenário municipal, elevando o número de matrículas do público-alvo na rede regular de ensino (Alves & Aguilar, 2018).

Na mesma perspectiva, Queiroz e Guerreiro (2019) conduziram uma investigação na rede municipal de Manaus para analisar a política educacional e pedagógica da educação especial à luz da PNEEPEI (2008). Os resultados evidenciaram que houve avanços na estrutura e organização da Secretaria Municipal de Educação, entretanto indicaram alguns pontos a avançar, tais como a formação de professores para o AEE e o desconhecimento dos professores a respeito dessa vertente de trabalho.

Há ainda um estudo que se orientou na implementação política de educação inclusiva na rede municipal de Corumbá com o objetivo de compreender sua efetivação, considerando a atuação e as percepções dos seus atores na Secretaria de Educação e na escola. Os dados “mostraram que os agentes implementadores, apesar de seus esforços para realização do trabalho, encontram dificuldades que interferem diretamente em sua atuação”. Destarte, a discricionariedade desses agentes é limitada, as condições estruturais dos espaços educativos influenciam negativamente na efetivação da política e a descontinuidade das políticas face às mudanças de gestão (Camargo & Carvalho, 2019, p. 617).

As investigações na subcategoria Política nas Instituições de Ensino, centram-se na análise como universidades e institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia tentam implementar as políticas de educação especial e inclusiva em suas instituições. No geral, o que se constata dos artigos enquadrados nesta subcategoria é que os estudos são muito poucos sobre como se pensa e desenha a educação de estudantes com necessidades específicas no âmbito da ação da educação superior.

Quadro 4 - Subcategoria c) Política nas Instituições de Ensino (Universidades e Institutos Federais).

Título do Trabalho	Autores – Ano
O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva	Glat e Pletsch (2004)
Políticas públicas, espaços e lugares: as questões de pertencimento de deficientes visuais à educação superior	Da Silva e Tauchen (2012)
Política de cotas na universidade federal de Minas Gerais: uma análise do perfil dos alunos com deficiência	Vanpetten; Rocha e Borges (2018)
Políticas e práticas pedagógicas de educação inclusiva no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS): em foco o papel do núcleo de acessibilidade	Haas e Sozo (2020)
Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior	Guimarães; Borges e Petten (2021)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No estudo, realizado por Glat e Pletsch (2004), as investigadoras constatam a responsabilidade social das universidades, notadamente as públicas, na implementação dessas políticas, e destacam que as instituições devem se “afirmar na produção de conhecimento para a formulação e o debate crítico sobre as políticas educacionais, na formação de educadores e na criação de parcerias e iniciativas inovadoras com a comunidade escolar” (Glat & Pletsch, 2004, p. 7). Mas estamos perante a constatação de uma necessidade e de uma exigência política e não de uma implementação e de uma generalizada preocupação educacional.

Quase todos os artigos analisados inferem que se está muito longe de se verificar a existência de uma intencionalidade significativa, traduzida em políticas institucionais, sobre estudantes do ensino superior que necessitem de condições específicas. Não admira, assim, que o estudo de Da Silva e Tauchen (2012), ao refletir sobre as especificidades das políticas educacionais para a pessoa com deficiência visual no contexto do ensino superior, constate limitações de implementação e conclua pela necessidade de formação e capacitação dos professores para atender essa demanda, mesmo com o amparo legal de políticas públicas e os projetos e programas institucionais.

Vai no mesmo sentido o trabalho de Glat e Pletsch (2004), realizado no final da década de 2000. Ao discutirem as ações e o papel das universidades na inclusão da pessoa com deficiência, mostrando de que forma essas ações podem impactar as políticas, enfatizam que “ainda são poucos os estudos, experiências e práticas educacionais validadas cientificamente que mostram como ensinar e o que fazer para incluir na escola e no trabalho alunos com deficiências” (Glat & Pletsch, 2004, p. 351). O que significa, que, para além de não ser clara a vontade expressa em políticas dedicadas ao sucesso de aprendizagens dos estudantes com características específicas também existe enorme lacuna no âmbito dos estudos sobre experiências e práticas educacionais científicamente rigorosos.

A situação é tão mais grave quanto Vanpetten, Rocha & Borges (2018), ao desenvolverem uma investigação na Universidade de Minas Gerais sobre estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas, verificaram que eles apresentavam tendencialmente como limitação de longo prazo a deficiência física

e uma idade média bastante fora da considerada normal (28 anos), mas, sobretudo, constataram que havia a carência de dados e de estudos sobre essa temática. Por isso os investigadores reforçavam a conveniência em se trabalhar sobre o desenvolvimento do conhecimento sobre as necessidades específicas dos estudantes bem como na promoção da reflexão sobre a inclusão da pessoa com deficiência nas instituições federais (Vanpetten, Rocha & Borges, 2018).

Num estudo posterior, Guimarães, Borges e Petten (2021), partindo do modelo social da deficiência, procuraram compreender as trajetórias escolares de alunos com deficiência, e, para isso, consideraram uma amostra de estudantes cotistas de instituições de ensino superior. Assim, buscaram entender o impacto da implementação da PNEEPEI de 2008 na vida escolar desses estudantes. Embora tivessem dificuldade em relatar como a Política de 2008 impactou o percurso dos alunos em causa, do estudo inferiu-se que a possibilidade de os estudantes terem frequentado a escola regular foi decisiva para o seu desenvolvimento e o seu ingresso no ensino superior.

Curiosamente, no único trabalho disponível nos periódicos analisados que se debruçava sobre a política de educação inclusiva em institutos federais brasileiros, transparece a ideia de que se delineia já uma preocupação mais assumida institucionalmente com políticas educativas inclusivas. Incidindo o estudo sobre a situação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o foco centrou-se no papel do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), no ano de 2019. O estudo mostrou que, historicamente, a instituição tenta afirmar-se como de natureza inclusiva e persiste no esforço para que esse espaço seja inclusivo, destacando a necessidade de “ampliar a representatividade, por meio da previsão institucional de dispositivos que garantam a regularidade e o pleno atendimento de suas atribuições para fortalecimento de uma cultura inclusiva” (Hass & Sozo, 2020, p. 1). É bem provável que esta situação seja influenciada pela ambiência advinda da instituição contemplar o ensino médio e também de se ter centrado no papel do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que forçosamente tem de ter um posicionamento mais categórico sobre a inclusão.

Dos estudos agrupados na categoria Políticas de Educação Especial e Inclusiva, transparece uma ênfase na análise da implementação (Alves & Aguilar, 2018; Queiroz & Guerreiro, 2019), considerando dispositivos (Haas & Sozo, 2020, p.1), impactos (Guimarães, Borges & Petten, 2021), diretrizes (Trentin, 2017) e documentos orientadores (Harlos, Denari & Orlando, 2014) da PNEEPEI (2008). Percebemos que os trabalhos realizados sobre os municípios brasileiros analisaram efeitos da implementação da PNEEPEI de 2008, mostrando, simultaneamente, avanços na implementação de alguns aspectos das políticas quanto dificuldades na viabilização de práticas.

Acompanhando um movimento internacional e uma dinâmica de democratização escolar tem-se assistido um constante debate sobre inclusão escolar da pessoa com deficiência na sociedade brasileira, parecendo especialmente evidente nos sistemas municipais e estaduais de ensino (Mendes, 2006; Silva, 2018; Bueno, 2008). Parece ver-se que há trabalho no sentido de se seguirem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que há debate e esforços na organização de políticas sobre inclusão escolar da pessoa com deficiência na sociedade brasileira, especialmente nos sistemas municipais e estaduais de ensino, tentando compaginarem-se com orientações provenientes de organismos internacionais (Mendes, 2006; Silva, 2018; Bueno, 2008) mas verifica-se incipienteza de práticas e bastantes lacunas na implementação de políticas de modo a que se garanta um sistema ou sistemas consistentes de educação para todos.

4 DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica mostrou, ainda em 2002, mostrou que as tem se constituido em uma evolução conceitual que se coloca a partir do momento em que se coloca a educação inclusiva no centro da organização do sistema educativo (Brasil, 2002).

Ao percorrermos anos que abrangem quatro décadas em que aconteceram grandes mudanças políticas, sociais e culturais é compreensível podermos assistir a alterações conceituais também no que diz respeito à atenção para com as pessoas diferentes. Atendendo a isso e à análise de conteúdo, emergiu como segunda categoria da revisão o que passamos a designar de Deficiência e Educação Especial, que, por sua vez, foi dividida em duas subcategorias, as quais designamos de: a) Conceitos, sentidos e concepções nas políticas de educação especial; b) Atendimento educacional e pessoa com deficiências.

A primeira subcategoria agrupa (quadro 5) as investigações que envolvem o debate sobre as concepções de deficiência nos modelos clínico e social, de educação inclusiva e de educação especial.

Quadro 5 - Subcategoria a) Conceitos, sentidos e concepções nas políticas de educação especial.

Título do Trabalho	Autores – Ano
Educação para todos–saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências	Fernandes (1999)
A Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016)	Kuhnen (2017)
A lógica medicalizante nas políticas públicas de educação	Silva e Angelucci (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Apesar de usar uma nomenclatura superada, Fernandes (1999), no final da década 1990, trazia a reflexão sobre a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção à pessoa com deficiência. Tal modelo deveria propiciar convergências com as prerrogativas “inclusivistas que buscam sistemas de educação, saúde, acessibilidade, trabalho e lazer para todos, em que o eixo não seja a ‘deficiência’, mas a potencialidade” (Fernandes, 1999, p. 7). A autora defende a superação do assistencialismo e propõe metodológicas capazes de construir um modelo multifatorial e interdisciplinar de políticas públicas para a pessoa com deficiência.

Beyer (2008, p. 83) conceitua educação especial numa perspectiva subsidiária que “significa a transposição sistêmica e conceitual, dos redutos históricos de sua atuação para uma atuação pedagógica conjugada com os educadores e professores das escolas do ensino comum”. Essa atuação presupoõe a efetiva participação dos todos no ambiente escolar, da gestão aos profissionais de apoio. Para uma política de educação inclusiva no Brasil é necessário um debate de concepções que abranja as aproximações e distinções entre a concepção de educação inclusiva e de educação especial.

De um lado, a literatura mostra a abordagem educacional para a educação especial, cuja sustentação é a superação do modelo médico-psicológico para uma educação inclusiva e a valorização do Modelo Social da Deficiência; de outro, investigações apontam que ainda persiste a lógica medicalizante que considera primordial o campo biomédico (Kuhnen, 2017; Esquinsani & Dametto, 2020). No entanto, verificamos a coexistência de práticas e discursos que, tanto reafirmam essas concepções, como as contradizem, no que toca aos aspectos qualitativos que envolvem os processos formativos (Baptista, 2019). O trabalho de Kuhnen (2017) discute densa e profundamente essa concepção de deficiência adotada no Brasil, considerando um recorte temporal abrangente, de 1973 a 2016. Na política educacional brasileira, de 2003 a 2016, desencadeou-se uma estratégia de inserção social dos sujeitos com deficiência, a priori, numa abordagem integracionista e depois, numa versão inclusivista (Kuhnen, 2017, p. 340).

Na subcategoria Atendimento educacional, público-alvo e deficiências, percebemos uma transição que vai de estudos centrados nos estudantes denominados especiais, passando por portadores de deficiência até às investigações na última década, que consideram a diversidade de deficiências (quadro 6).

Quadro 6 - Subcategoria b) Atendimento educacional e pessoa com deficiências.

Título do Trabalho	Autores – Ano
A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral	Garcia e Barcelos (2021)
Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI	Kassar e Rebelo (2018)

Políticas públicas da educação especial e protagonismo: uma leitura fenomenológica-crítica sobre duas diretrizes do atendimento educacional especializado (AEE)	Ferreira <i>et al.</i> (2018)
Análise da produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência na última década	Santos e Wechsler (2018)
A política de fundos e a (des)valorização dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)	Silva; da Silva e Moreira (2018)
Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nos Institutos Federais brasileiros: revisão de literatura	Medeiros e dos Passos (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O artigo de Kassar e Rebelo (2018) debruçou-se sobre as possíveis mudanças de perspectivas na política pública de educação brasileira direcionada ao aluno da educação especial, de 1974 a 2014. De acordo com o estudo, com foco nas abordagens construídas para essa modalidade, entre 1970-1980, tem-se a rede de serviços prestados a educandos excepcionais; de 1995-2002, prevaleceu o direito à escolarização, com oferta de ensino em escolas ou classes especiais ou comuns; entre 2003-2010, deu-se ênfase a matrículas e frequência em classe comum; de 2011-2014, observa-se a abordagem do respeito à diversidade. O estudo registra a presença de uma dualidade de abordagens: uma corrente que pretende manter estruturas conservadoras e outra que pressupõe a superação e a construção de novos caminhos. À vista disso, conclui que “é necessário ter coragem para fazer opções em relação ao destino dos recursos públicos, assim como para pensar e propor formas diferenciadas de abordagens e espaços educacionais” (Kassar & Rebelo, 2018, p.63).

As mudanças na legislação foram marcantes, todavia, no decorrer da implementação dessas políticas, percebemos insistentes interpretações contraditórias e divergentes que “integram a complexidade do processo político” (Baptista, 2019, p. 16). A PNEEPEI de 2008, orientou e conduziu o processo de transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Machado e Pavão (2019) discorrendo sobre os lugares (in)visíveis da política nacional de educação inclusiva avaçam uma análise a respeito das interseccionalidades de opressões e exclusões sociais. Mesmo assim, esses investigadores entendem que a PNEEPEI representa um avanço, pois “fornece uma base sólida para iniciar a caminhada rumo a novos esgarçamentos das temáticas abarcadas por ela, em especial da atenção às pessoas com deficiência” (Machado & Pavão, 2019, p. 78).

Na PNEEPEI de 2008 os alunos com deficiência passaram a ser o público-alvo específico para fins de atendimento educacional especializado nas escolas regulares, que, até 1994, eram amparados pela Política Nacional de Educação Especial. Segundo Ferraz, Medeiros e Costas (2019) essa restrição está diretamente relacionada às questões de financiamento educacional, no sentido de restrições dos investimentos orçamentários para educação. Para Harlos, Denari e Orlando (2014), os documentos oficiais que orientam as políticas de educação inclusiva “efetuam bricolagem de conceitos - usam

conceitos antigos dando aos mesmos ‘ares de inovação’ para fazer ‘velhas práticas’ parecerem inovações” (Harlos, Denari & Orlando, 2014, p. 498).

A PNEEPEI (2008, p. 5) definiu a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”. Silva (2016) salienta: “o público-alvo vem ampliando as referências, aumentando os genéricos (especiais) e diminuindo aquelas centradas em categorias e subcategorias específicas de necessidades especiais” (Silva, 2016, p. 141). Incluem-se, hoje, mais dois grupos: os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e os estudantes com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

A partir de 2003 as políticas de educação inclusiva para a pessoa com deficiência, passaram a (re)equacionar a implantação do processo de sistemas educacionais inclusivos. Assim, o lançamento de diferentes programas com essas diretrizes garante acesso a todas as crianças à escola regular, disponibilizando o atendimento educacional especializado, como recurso pedagógico tanto complementar, como suplementar (Kassar, 2011; Esquinsani & Dametto, 2020).

No percurso histórico da educação brasileira, observa-se a atuação das instituições para a pessoa com deficiência em duas vertentes. Um grupo, influenciado pelo movimento da educação para todos, que defende a educação na rede regular de ensino, sob a égide “nada sobre nós, sem nós”; e outro, constituído por instituições não governamentais, mantidas com recursos públicos (como as APAEs e as Pestalozzi), que atendiam pessoas com deficiência e militavam por uma educação especializada nesses espaços (Amorim, 2019).

Um estudo recente, coloca no centro da reflexão a trajetória e a constituição do público-alvo das políticas de educação especial no Brasil, considerando os movimentos políticos e sua participação “de e para pessoas que demandam políticas públicas de Educação Especial - o primeiro representado por instituições privadas e assistenciais; e o segundo, formado pelos próprios sujeitos com condições específicas” (Garcia & Barcelos, 2021, p.1). As investigadoras mostram que ainda coexistem entidades como aparelhos privados e assistenciais com poder atuante na proposição de políticas de educação especial (Garcia & Barcelos, 2021).

Santos e Wechsler (2018) propuseram-se a identificar as características da produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência entre 2006 e 2016, revelando maior escopo nas regiões mais desenvolvidas do país. As temáticas dos artigos foram: acessibilidade/transporte escolar; inclusão escolar; atenção à saúde da pessoa com deficiência; direitos humanos/bioética; políticas públicas – pessoa com deficiência; mercado de trabalho – pessoa com deficiência; testes/escalas; estigma social;

ética e pessoa com deficiência; análise de livros; sexualidade/gênero – pessoa com deficiência (Santos & Wechsler, 2018).

A investigação realizada por Ferreira *et al.* (2018) conclui que “olhar o sujeito-aluno da educação especial, inserido no conjunto de programas e políticas públicas a ele voltadas, requer saber se ele está sendo incluído no ‘conjunto da obra’, tendo em vista sua percepção sobre o atendimento que lhe é oferecido” (Ferreira *et al.*, 2018, p. 249). Nesse sentido, inferimos que a compreensão das políticas, na percepção dos atores envolvidos e a escuta da pessoa com deficiência, configura um aspecto de destaque em comparação a outros trabalhos desenvolvidos.

Medeiros e dos Passos (2019) investigaram a inclusão de estudantes da educação especial nos institutos federais brasileiros, em levantamento no BTD/CAPES com as palavras-chave: educação profissional, inclusão e educação especial. As conclusões destacaram na seleção dos trabalhos: condições de acesso, permanência e acessibilidade, com 13 estudos. Os dados evidenciaram avanço na ampliação de acessibilidade nos processos seletivos. Como desafios, enfatizou complicadores na implementação de políticas, a falta de profissionais qualificados, de aportes financeiros e barreiras atitudinais.

A política de educação inclusiva dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, compromete-se a proporcionar um modelo de educação concebido como um conjunto de princípios e procedimentos implementados pela gestão de cada campus. Nos IFs, o ensino médio é oferecido integrado, vislumbrando “a integração na relação entre conhecimentos gerais e específicos, construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura” (Ramos, 2008, p. 20). Por mais que haja movimentos e políticas, a permanência e a conclusão com êxito do percurso escolar e do ensino superior, está longe de se ver no Brasil a institucionalização das políticas. A investigação de Cabral (2017) aponta que as condições de permanência e sucesso de pessoas com deficiência nos espaços educacionais se concentram em esforços individuais, de familiares e de colegas.

A materialidade do corpus aponta que os conceitos de diversidade e diferença perpassam as análises da avaliação das políticas na educação básica. Os estudos trazem a discussão sobre a pessoa com deficiência, direito e educação na diversidade e o reconhecimento das diferenças nesse contexto. Para o estudante com deficiência é importante “debater, analisar e buscar o consenso na elaboração de um projeto pedagógico inspirado na educação da diversidade para desenvolver sua potencialidade e que respeite os diferentes estilos de aprendizagens, ritmos, interesses e capacidades de cada aluno” (Vieira, 2010, p. 283).

Identificamos, nos trabalhos analisados, a busca e luta por políticas de educação para todos. Endossam essa perspectiva, Kassar (2011) e Amorim *et al.* (2019) ao salientarem que a política de educação especial constituída foi influenciada pelo movimento da educação para todos. Existe o reconhecimento de uma agenda que transpassa questões da implementação das políticas de educação especial centrada na pessoa com deficiência promove um esforço para alcançar, diante da trajetória de avanços e retrocessos, educação para todos (Aisncov, 1997).

Por fim, constatamos a carência de estudos na área da rede federal e o escasso interesse pela temática do ensino médio. As pesquisas sobre a pessoa com deficiência no ensino superior têm surgido, tanto sobre políticas, acesso e permanência, quanto à análise documental, comportamento docente, análise da estrutura arquitetônica e mapeamento das produções já realizadas sobre o tema. Dessa maneira, apontamos a necessidade de mais investigações nesse recorte que possibilitem a ampliação das discussões sobre políticas educativas para a pessoa com deficiência que possam perpassar das formas de ingresso à conclusão dos estudos com êxito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da educação brasileira parte da exclusão e segregação dos educandos com deficiência em organizações especializadas de propósito terapêutico até chegarmos ao momento atual (Mantoan, 2002, 2004; Bueno, 2008), em que esta modalidade educacional “está se chocando com as propostas de uma escola para todos, única, aberta às diferenças e, em consequência, inclusiva” (Mantoan, 2002, p. 8). No entanto, o percurso não se tem feito sem hesitações, resistências, contradições e, sobretudo, de modo consistente e clarividente.

A produção científica nacional em revistas especializadas que se dedicam ao estudo das políticas educativas para a pessoa com deficiência foram arrumadas neste estudo em duas categorias “Deficiência e Educação Especial” e “Políticas de Educação Especial e Inclusiva”. No geral, elas mostram uma tendência para perspetivar a inclusão educacional fundamentada nas prerrogativas dos direitos humanos mas, entre avanços, apontam para problemas de implementação em várias instâncias mesmo se buscam a garantia e a efetividade de implementação de uma política de educação para todos em uma sociedade desigual.

No percurso histórico da educação brasileira, observa-se a atuação das instituições para a pessoa com deficiência em duas vertentes: os influenciados pelo movimento da educação para todos, e os constituídos por instituições não governamentais mantidas com recursos públicos. A partir de 2003, as políticas de educação inclusiva para a pessoa com deficiência, na esfera federal, passaram a (re)equacionar a implantação de um processo denominado de sistemas educacionais inclusivos. A

PNEEPEI de 2008 orientou e conduziu o processo de (re)estruturação dos sistemas de ensino, direcionando uma evolução com ênfase para matrículas e frequência em classe comum e, na segunda década deste século, para abordagem na perspectiva do respeito à diversidade.

Se pela análise dos artigos é possível ver que a PNEEPEI definiu pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial e produziu a caracterização de um público-alvo específico na política de educação, também se vê que ela tem encaminhado as políticas de inclusão ainda que sem conseguir que se materialize em garantia de equidade para todos os que pretende contemplar.

Por fim, constatamos a falta de estudos nesta área no âmbito da rede federal e o pouco interesse por essa temática sobre o ensino médio. Dessa forma, apontamos a necessidade de mais investigações que possibilitem discussões sobre políticas educativas para a pessoa com deficiência, que possam perpassar as formas de ingresso até ao concluir dos estudos. De fato, se os estudos trazem discussões sobre a pessoa com deficiência, o seu direito e reconhecimento, e a educação na diversidade, revelam igualmente muitas debilidades na implementação em vários contextos escolares, designadamente no âmbito da educação superior.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Educação para todos: torná-la uma realidade. In: Caminhos para as escolas inclusivas. [S.l.]: [s.n.], 1997. p. 11-31.
- ALVES, D. S. D. S.; AGUILAR, L. E. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em Jundiaí: uma análise do processo de implementação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 373-388, 2018.
- AMORIM, C. L. Formação de professores do Programa Escola Integrada (PEI) na perspectiva da educação especial e inclusiva. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [Repositório UFMG, inserir URL se disponível]. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BAPTISTA, C. R. Política pública, educação especial e escolarização no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 45, 2019. Disponível em: [inserir DOI ou URL, se disponível]. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: [s.n.], 1990.
- BATISTA, G. C.; COSTA, M. D. P. R.; DENARI, F. E. Ações de políticas públicas da educação especial nas escolas indígenas acreanas. *Revista Educação Especial*, v. 33, p. 1-23, 2020.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEYER, H. O. O projeto político-pedagógico da educação inclusiva e a gestão educacional: reflexões com a área de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. In: FREITAS, S. N. (org.). Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. p. 77-90.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília: [s.n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Política e resultados educação especial (1995-2002). Brasília: MEC, 2002.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: [s.n.], 2020.
- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (orgs.). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2008. p. 43-63.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V. D. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educar em Revista*, n. [s.n.], p. 55-70, 2017.

CAMARGO, F. P. D.; CARVALHO, C. P. D. O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 617-634, 2019.

DA SILVA, A. N. O.; TAUCHEN, G. Políticas públicas, espaços e lugares: as questões de pertencimento de deficientes visuais à educação superior. *Benjamin Constant*, n. 53, 2012.

ESQUINSANI, R. S. S.; DAMETTO, J. O ordenamento discursivo sobre a deficiência no Brasil: algumas considerações. *Revista Educação Especial*, v. 33, p. 1-15, 2020.

FERNANDES, E. M. “Educação para todos—saúde para todos”: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. *Benjamin Constant*, n. 14, 1999.

FERRAZ, A. P. S. F.; MEDEIROS, B. A.; COSTAS, F. A. T. Inclusão/exclusão: onde estão os estudantes com dificuldades de aprendizagem frente às políticas de inclusão? In: PAVÃO, A. O. C.; PAVÃO, S. M. D. O. (orgs.). *Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. v. 2. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019. p. 13-36.

FERREIRA, H. G.; PINEL, H.; MOURA, M. R.; PEREIRA, P. A. Políticas públicas da educação especial e protagonismo: uma leitura fenomenológica-crítica sobre duas diretrizes do atendimento educacional especializado (AEE). *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 5, n. 2, p. 241-252, 2018.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 12, n. [s.n.], p. 299-316, 2006.

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. D. A constituição do público-alvo na política de educação especial brasileira: movimentos e disputas no interior do estado integral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, 2021.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-educação especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. [s.n.], p. 105-124, 2011.

GERMANI, L. B.; COSTA, M. R. N.; VIEIRA, N. J. W. Proposta de política pública educacional para os alunos com altas habilidades/superdotação no Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Educação Especial*, n. 28, 2006.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Benjamin Constant*, n. 29, 2004.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; PETTEN, A. M. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, 2021.

HAAS, C.; SOZO, C. M. Políticas e práticas pedagógicas de educação inclusiva no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS): em foco o papel do núcleo de acessibilidade. *Revista Educação Especial em Debate*, v. 5, n. 10, p. 52-72, 2020.

HARLOS, F. E.; DENARI, F. E.; ORLANDO, R. M. Análise da estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira (2008-2013). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, p. 497-512, 2014.

INGLES, M. A.; ANTOSZCZYSZEN, S.; SEMKIV, S. I. A. L.; OLIVEIRA, J. P. D. Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, p. 461-478, 2014.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, n. [s.n.], p. 61-79, 2011a.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. [s.n.], p. 41-58, 2011b.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 51-68, 2018.

KUHNEN, R. T. A concepção de deficiência na política de educação especial brasileira (1973-2016). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, p. 329-334, 2017.

MACHADO, P. H.; PAVÃO, S. M. O. Lugares (in)visíveis da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: discussões acerca da ‘interseccionalidade e lugar de fala’. In: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. D. O. (orgs.). *Os casos excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. v. 2. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019. p. 165-180.

MANTOAN, M. T. E. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 15, p. 45-64, 2009.

MATOS, N. D. D. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 13, p. 77-94, 2007.

MEDEIROS, T. C.; PASSOS, D. O. R. Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nos institutos federais brasileiros: revisão de literatura. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 6, n. 1, p. 183-196, 2019.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. [s.n.], p. 387-405, 2006.

NONATO, O. C. D. S.; OLIVEIRA COSTA, A. L. As políticas públicas de educação inclusiva: uma análise de 1996 a 2016. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 8, n. 2, p. 85-100, 2021.

PAVEZI, M.; MAINARDES, J. Políticas de educação especial no estado de Alagoas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 747-764, 2019.

QUEIROZ, J. G. B. D. A.; GUERREIRO, E. M. B. R. Política educacional e pedagógica da educação especial na perspectiva da educação inclusiva na rede de ensino público de Manaus. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 233-248, 2019.

RAMOS, M. N. *Concepção do ensino médio integrado*. Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2008.

SANTOS, M. A.; WECHSLER, S. M. Análise da produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência na última década. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 5, n. 2, p. 133-146, 2018.

SILVA, K. C.; ANGELUCCI, C. B. A lógica medicalizante nas políticas públicas de educação. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 62, p. 683-696, 2018.

SILVA, L. G. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões*. São Paulo: Paulinas, 2016.

SILVA, R. H. D. R. Balanço das dissertações e teses em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 601-618, 2018.

SILVA, V. C.; SILVA, C. R.; MOREIRA, L. C. A política de fundos e a (des)valorização dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). *Revista Educação Especial em Debate*, n. 06, p. 51-66, 2018.

TRENTIN, V. B. Política de educação especial e o atendimento educacional especializado no estado de Santa Catarina. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 58, p. 325-337, 2017.

VAN PETTEN, A. M. V. N.; COSTA ROCHA, T. C.; BORGES, A. A. P. Política de cotas na Universidade Federal de Minas Gerais: uma análise do perfil dos alunos com deficiência. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 5, n. 1, p. 127-140, 2018.

VIEIRA, N. J. W. Políticas públicas educacionais no Rio Grande do Sul: indicadores para discussão e análise na área das altas habilidades/superdotação. *Revista Educação Especial*, p. 273-285, 2010.

ZANETTI, P. S.; ZANARDINI, I. M. S.; TURECK, L. T. Z. A política para a educação da pessoa com deficiência visual no Estado do Paraná: uma abordagem da década de 2000. *Revista Educação Especial em Debate*, n. 06, p. 84-101, 2018.